



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

LEI Nº 3.600 DE 25 DE AGOSTO DE 2020

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI;

Art. 1º) - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 66.909,66 (sessenta e seis mil, novecentos e nove reais e sessenta e seis centavos), com a seguinte classificação orçamentária:

FONTE 02 – R\$ 66.909,66 (Recursos Convênio Estado)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA DE TRABALHO

04.01.000.10.303.013.2.099 – Assistência Farmacêutica

ELEMENTO DA DESPESA:

33.90.32.02.02	Medicamentos	R\$ 56.873,21
44.90.52.03.02	Mobiliário em Geral	R\$ 10.036,45

Art. 2º) - Os recursos para fazer face ao presente Crédito são advindos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Resolução SES nº 1.705, de 03/07/2018 e serão recolhidos nas seguintes rubricas de Receita:

- 1720.00.0.0.000 – Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
- 1728.00.0.0.000 – Transferências dos Estados – Específicas em
- 1728.03.0.0.000 – Transferências de Recursos do Estado para
- 1728.03.1.0.000 – Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde
- 1728.03.1.1.000 – Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde
- 1728.03.1.1.103 – Programa Farmácia Básica de Medicamentos - PAFBM

Art. 3º) - O presente Crédito baseia-se no Inciso II, parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.64 e parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF nº 101/2000),

Art. 4º) - O impacto financeiro-orçamentário no exercício, de que trata o Inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000 (LRF), será correspondente aos valores estipulados no presente Crédito, alterando-se o PPA, LDO e LOA.

Art. 5º) - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Miguel Pereira
Em 25 de agosto de 2020.

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA
Prefeito Municipal